

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

Porto Velho – RO, 16 de agosto de 2017

Referência: Concorrência Pública n.º 035/16/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: N.º: 01.1301.00271-00/2016-SEPOG/RO

**RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA
HOLLUS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.**

Ao Exmº Sr. Norman Viríssimo da Silva – Presidente da CPLO/SUPEL, nesta.

Sr. Presidente;

A empresa MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME, cujo o nome fantasia é E.C.P. Soluções em Serviços Gerais estabelecida à Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Pedrinhas, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, vem, tempestivamente e respeitosamente, ante a presença de Vossa Senhoria, impetrar recurso administrativo contra a decisão da Comissão que aceitou a Proposta de Preços da empresa Hollus Serviços Técnicos Especializados Ltda., **por não ter apresentado a Proposta de Preços de acordo com o formato estipulado no edital, notadamente quanto ao Cronograma de Atividades (Discriminação das ações/ Mês), conforme consta no Anexo IX do referido edital.**

O presente recurso não ataca a proposta da concorrente por uma mera questão de forma, mas, muito pelo contrário, o faz porque a forma com que a Proposta de Preços está apresentada não discrimina com clareza e objetividade os produtos e serviços que devem ser fornecidos pela empresa contratada quando por ocasião da execução dos serviços, fato que também dificulta os trabalhos da equipe de fiscalização do NUSA/CAERD/Governo do Estado de Rondônia pela imprecisão e falta de clareza daquilo que deve ser cobrado e a sua perfeita distribuição ao longo do tempo de execução do projeto. Aliás, a perfeita caracterização do conteúdo dos produtos/serviços não consta em nenhum outro local do edital a não ser no seu Anexo IX.

Nessa linha, o modelo de cronograma constante no Anexo IX foi elaborado daquela maneira por que tem uma razão de ser, uma vez que naquele formato as atividades a serem executadas são listadas mês a mês, mas também estão perfeitamente discriminadas e caracterizadas, relacionando ainda o conteúdo da atividade, o local de sua realização, a duração da atividade, o tema abordado, a metodologia/técnica de execução, os indicadores de resultados, as metas, o quantitativo de participantes por reunião/evento, os

Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Pedrinhas, Município de Porto Velho – RO

Tel.: (69) 3221-8918 - e-mail: ecp.licitacoes@gmail.com



E.C.P. - Soluções em Serviços Gerais – ME

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME

CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

recursos humanos que devem ser envolvidos na atividade, como também a perfeita descrição dos recursos materiais, o agente executor e a forma de avaliação da ação a ser aplicada, o que visa facilitar e orientar dessa maneira as ações a serem realizadas empresa contratada na execução do projeto da forma pactuada, como também facilita as ações da equipe de fiscalização do NUSA/CAERD/Governo do Estado de Rondônia. A título de exemplo pode-se citar um grande problema que ocorre corriqueiramente na execução dos PTSA's por parte de empresas contratadas pelo NUSA/CAERD quando da implementação das ações, qual seja, **a quantidade de pessoas presentes aos eventos**, pois uma determinada empresa contratada pode preparar um evento com grande sofisticação e cuidado, mas que não atende a quantidade mínima de pessoas que necessitariam participar do evento de sorte que o mesmo fosse validado pela equipe de fiscalização: resultado é a invalidação do evento e a sua glosa na medição, além da exigência da repetição do evento. **Ocorre que para ter esses elementos para decidir se o evento vai ser validado ou não tanto as empresas contratadas como a equipe de fiscalização necessitam, forçosamente, do instrumento do Cronograma de Atividades (Discriminação das ações/ Mês), CONFORME CONSTA NO ANEXO IX DO REFERIDO EDITAL. ESSE DETALHE TORNA O REFERIDO CRONOGRAMA IMPRESCINDIVEL PARA A PROPOSTA DE PREÇOS, RAZÃO DE CONSTAR NO FORMATO DE MODELO NO ANEXO DO EDITAL E SER SOLICITADO NO CAPUT DO ITEM 10 DO REFERIDO EDITAL.**

Esse dito descumprimento de norma editalícia é reconhecido pelos tribunais como motivo suficiente para desclassificar uma dada proposta, tendo sido ele ocorrido na fase de Habilitação, na Proposta Técnica ou na Proposta de Preços (como é o caso). Esse princípio encontra amparo legal na decisão do 5º Tribunal Regional Federal, cujo o acórdão encontra-se abaixo transcrito na íntegra.

... “ Desclassificação por Descumprimento de Exigências Editalícias
TRF-5 - Apelação Cível AC 451840 PB 0000006-
88.2008.4.05.8200 (TRF-5)

Data de publicação: 25/02/2010

Ementa: *ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. DESCLASSIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. ART. 3º DA LEI Nº 8.666 /93. ART. 37 , XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL . PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ESTRITA OBSERVÂNCIA. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. A licitação é um procedimento formal,*

Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Pedrinhas, Município de Porto Velho – RO

Tel.: (69) 3221-8918 - e-mail: ecp.licitacoes@gmail.com



E.C.P. - Soluções em Serviços Gerais – ME

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME

CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

regulamentado por normas de caráter objetivo, às quais o administrador público deve vincular-se, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. 2. Cabia aos participantes cumprirem rigorosamente os ditames do Edital, de sorte que "...deveriam apresentar, para cada planilha que compõe o lote licitado, a composição de custos, especificando todos os preços unitários, inclusive os itens cotados por verba, sob pena de desclassificação do certame". 3. Os elementos colacionados aos autos são hábeis a demonstrar a subsistência do ato que desclassificou a apelante no julgamento das propostas. Ao decidir de outra forma, pela declaração de vencedora da Impetrante, estaria a Comissão de Licitação afrontando os princípios da isonomia, estatuído na Carta Magna, e da vinculação do instrumento convocatório, previsto na Lei n.º 8.666 /93, não podendo o Poder Judiciário, pelos mesmos motivos, dar guarida a essa pretensão. 4. O ato de desclassificação da apelante é legítimo, diante do descumprimento de vários itens do Edital nº 004/2007 da UFPB/PU, não se vislumbrando qualquer irregularidade na conduta adotada pela Comissão de Licitação. 5. Ainda que no julgamento de recurso administrativo tenha sido superada a discussão em relação ao não atendimento do disposto no item 12.9 da planilha orçamentária, quanto ao valor de mão-de-obra igual a zero, o certo é que a apelante descumpriu as exigências contidas em vários outros itens do Edital. 6. Apelação improvida. "

Nesse diapasão fica claro a necessidade do cumprimento rigoroso das exigências do edital, assim a utilização de outro formato de cronograma (mais simplificado) por parte da empresa Hollus Serviços Técnicos Especializados Ltda. em sua proposta de preços deixa incompleto o roteiro de execução e também de fiscalização pois em nenhuma outra parte da proposta existe a referida discriminação das atividades e produtos que devem ser apresentados e realizados no transcorrer do referido PTSA, dificultando inclusive as atividades da própria fiscalização porque não gravam com a certeza necessária quais os produtos e serviços que devem ser utilizados na execução do projeto.

Do Pedido

Consoante e focados nos argumentos acima a empresa suma elencada, ora impugnante, vem opor seu recurso administrativo contra a decisão dessa egrégia comissão de licitação de acatar a Proposta de Preços da empresa Hollus Serviços Técnicos

Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Pedrinhas, Município de Porto Velho – RO

Tel.: (69) 3221-8918 - e-mail: ecp.licitacoes@gmail.com



E.C.P. - Soluções em Serviços Gerais – ME

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME

CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

Especializados Ltda. no formato por ela apresentado, por dificultar os trabalhos de execução e de fiscalização do projeto, estando em desacordo ao previsto no referido edital, mais especificamente ao disposto no Anexo IX do mesmo, **DESCUMPRINDO DE FORMA CABAL O DISPOSTO NO CAPUT DO ITEM 10 DO REFERIDO EDITAL.** Assim pede a **REVISÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DA COMISSÃO E A DECLARAÇÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA HOLLUS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. ORA IMPUGNADA.** Assim, nestes termos, pede acatamento do presente recurso administrativo e deferimento do pedido.

Respeitosamente,

MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME

CNPJ Nº 10.726.497/0001-83